

- LV -

## FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL VIA PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS

**Marcia Maurilio Souza**  
USP-Brasil  
[marcia.maurilio@usp.br](mailto:marcia.maurilio@usp.br)

### INTRODUÇÃO

Historicamente, no Brasil, o Estado tem delegado a organizações da sociedade civil (OSC)<sup>42</sup>, sem fins lucrativos parcela da responsabilidade pela educação especial e as apoia técnica e financeiramente, fato garantido pela legislação federal (BRASIL, 2011), com desdobramentos em âmbitos estadual e municipal, instâncias as quais destinam recursos para garantir parte de sua manutenção (BOROWSKY, 2013; ARAÚJO, 2015; PINTO, 2016).

Esta pesquisa qualitativa tem cunho bibliográfico, em que buscamos as produções tornadas públicas relativas ao tema em estudo, e, segundo Marconi e Lakatos (2003), pretendemos em decorrência do uso de tais fontes e tendo em vista os achados, examinar o tema sob um novo enfoque e chegarmos assim a novas conclusões.

O que nos instiga nesta investigação é saber se as produções têm abordado o financiamento da educação especial via parcerias entre órgãos públicos de educação e OSC, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, mais especificamente no estado de São Paulo. Assim, o objetivo foi identificar produções acadêmicas que analisaram o financiamento da educação especial e parcerias com OSC, sem fins lucrativos.

---

<sup>42</sup> Segundo a Lei Federal 13.019/2014 – OSC são: entidades privadas sem fins lucrativos, sociedades cooperativas e entidades religiosas. Na área administrativa instituições e organizações privadas sem fins lucrativos são utilizadas como sinônimos.

## **METODOLOGIA**

Navegamos nos principais portais de pesquisa: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes-periódicos), Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), Associação Nacional de Política e Administração na Educação (Anpae), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento (Fineduca), e das revistas Brasileira de Educação Especial, de Educação Especial e de Financiamento da Educação. Utilizamos nas buscas as palavras-chave, isoladas ou combinadas de formas diversas a depender do repositório em que pesquisamos: educação especial, políticas de educação especial, parcerias público-privadas, financiamento, financiamento da educação, financiamento da educação especial, estado de São Paulo, Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, instituições sem fins lucrativos, escola especializada.

Refinamos as buscas com a leitura do título, do resumo, e, se necessário, das considerações finais, se confirmada a pertinência realizávamos a leitura completa do trabalho. Registramos em um quadro de controle no programa Excel, as seguintes informações: fonte, título, autor, palavras-chave, mês/ano, tipo de trabalho, instituição, endereço eletrônico, data do acesso. Para selecioná-las utilizamos como critérios: pertinência ao tema da pesquisa, não ser artigo ou trabalho derivado de produção da BDTD, não ser pesquisa em andamento e revisão de literatura. O recorte temporal foi de 1998 a 2018.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Na BDTD, dos nove trabalhos encontrados nas buscas, selecionamos sete, publicados entre 2006-2016, quatro dissertações e três teses.

No SciELO absorvemos uma produção após refinamento da seleção entre as 10 produções encontradas no período 1999-2017 e na Capes-periódicos selecionamos quatro artigos entre os nove encontrados.

No portal da Revista de Financiamento da Educação temos online as publicações de 2011 a 2018, correspondentes a oito revistas, selecionamos um artigo.

Nos portais da Revista Brasileira de Educação Especial e Revista de Educação Especial não localizamos produções sobre financiamento da educação especial.

Nos anais disponibilizados online do CBEE (2014, 2016, 2018), optamos por pesquisar com as palavras-chave: financiamento e público privado, por se tratar de evento exclusivo sobre educação especial. Obtivemos como resultados: dois trabalhos para cada edição desse congresso. No portal da Anpae temos disponíveis trabalhos entre 2007 e 2017. Localizamos dois trabalhos com as mesmas palavras-chave do CBEE. No portal da Anped estão disponíveis os trabalhos do período entre 2000 e 2017. Buscamos os trabalhos do GT-15 – Grupo de Trabalho de Educação Especial, encontramos quatro trabalhos por meio da palavra-chave financiamento. Nos anais dos encontros anuais da Fineduca de 2016 a 2018, localizamos três trabalhos. Foram selecionados um trabalho da Anpae e um do encontro da Fineduca, os outros não atendiam aos critérios de seleção.

Ao fim, das produções localizadas nos 10 portais selecionamos 15 produções: três teses, quatro dissertações, seis artigos e duas comunicações orais.

**Tabela 1** - Produções selecionadas: ano, tipo, local e quantidade

Ano	Tipo	Local	Quantidade
2006	Dissertação	BDTD	1
2009	Tese	BDTD	1
	Artigo	Capes-periódicos	1
2012	Tese	BDTD	1
	Artigo	Capes-periódicos	2
2013	Dissertação	BDTD	1
	Trabalho	Anpae	1
	Tese	BDTD	1
2015	Dissertação	BDTD	1
	Artigo	Revista Fineduca	1
2016	Dissertação	BDTD	1
	Artigo	Capes-periódicos, SciELO	2
	Trabalho	Encontro Fineduca	1
<b>Total</b>			<b>15</b>

Fonte: Organizado pelas autoras.

Após leitura integral de cada produção, concluímos que 11 delas indicam consequências de políticas de financiamento que privilegiam manter a aplicação de recursos públicos em OSC, sem fins lucrativos, o que em muitos dos casos apresentados traz prejuízo ao financiamento das ações nas redes públicas de ensino (ARAÚJO, 2006; MARTINS, 2009; SOTO et al., 2012; PEREIRA, 2012; LOREIRO, 2013; BOROWSKY, 2013, FRANÇA, 2014; MARQUES, 2015; OLIVEIRA, 2016; PINTO, 2016, MICHELS; LEHMKUHL, 2016). Quatro delas apontam a tendência de políticas que promovem o aumento do financiamento para essas instituições, além do alto número de matrículas nelas registrados (MARQUES, 2015; ARAÚJO, 2015; MICHELS; LEHMKUHL, 2016; OLIVEIRA, 2016).

Duas produções analisam as migrações das matrículas das escolas especializadas para as classes comuns, indicando o aumento de gastos da rede com a educação especial, que com o tempo foi compensado pelas matrículas no atendimento educacional especializado (VIEGAS; BASSI, 2009; BASSI, 2012). Dois trabalhos analisam o financiamento em municípios e relatam as dificuldades em localizar dados específicos sobre financiamento da educação especial (FRANÇA, 2014; SILVA, 2016).

## CONCLUSÃO

Com as buscas e análises pudemos constatar a escassez de trabalhos na área de financiamento da educação especial, especificamente quando afunilamos a pesquisa para o estado de São Paulo. As produções, apontam políticas que beneficiam o financiamento da educação especial junto às OSC, sem fins lucrativos, inclusive aumentando os recursos a elas destinados; e indicam que essas políticas acabam por prejudicar as ações nas redes públicas direcionadas à educação especial.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Edgilson Tavares de. **Parcerias Estado e organizações especializadas: discursos e práticas em nome da integração/inclusão educacional das pessoas com deficiência**. 2006. Dissertação (Mestrado). 130 f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. São Paulo, 2006.
- ARAÚJO, Luiz. Estado da arte da relação público e privado na educação básica. **Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 5, n. 8. 2015.
- BASSI, Marcos Edgar. Financiamento da educação e educação especial: política de fundos e inclusão em Santa Catarina. **Poiésis – Revista de Pós-Graduação em Educação**, Unisul, Tubarão, v. 6, n. 10, p. 377-394, jul./dez. 2012.
- BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Brasília: **DOU**. 1 ago. 2014.
- BOROWSKY, Fabíola. O público e o privado na educação especial brasileira: primeiros apontamentos. **Anais... XXVI Simpósio Anpae**. 2013.
- FRANÇA, Marileide Gonçalves. **Financiamento da educação especial: complexas tramas, permanentes contradições e novos desafios**. 364f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2014.

- LOUREIRO, Aline Dozzi Tezza. **A educação especial no município de Porto Ferreira-SP: 1972 a 2011.** 140f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Carlos. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos: 2013.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.
- MARQUES, Emanuely Fernanda. **Política de educação especial e a reestruturação de instituições especiais no Paraná.** 100f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação. Londrina: 2015.
- MARTINS, Paulo de Sena. **O financiamento da educação básica por meio de fundos contábeis: estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2009.
- MICHELS, Maria Helena; LEHMKUHL, Márcia de Souza. Política de inclusão ou manobra de publicização? **Journal of Research in Special Educational Needs.** V. 16, n. s1, p. 855-859, 2016.
- OLIVEIRA, Gildásio Macedo de. **Financiamento das instituições especializadas na política de educação especial no estado do Espírito Santo (2012-2015).** 144f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. Vitória: 2016.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educ. Soc.,** Campinas, vol. 37, n. 134, p. 133-152, jan/mar. 2016.
- PEREIRA, Maria Aparecida Nunes. **Financiamento da Educação Básica no Estado da Paraíba: análise dos primeiros resultados do Fundeb nos municípios de João Pessoa e Cabedelo – PB.** Tese (Doutorado). 275f. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2012.
- SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. Financiamento da educação especial no município de São Paulo: o empenho da gestão Fernando Haddad na concretização de políticas públicas em educação para as pessoas com deficiência. **Anais... Fineduca,** 2016, p. 171-196.
- SOTO, Ana Paula de Oliveira Moraes et al. Financiamento da educação especial no Brasil na arena do público e do privado. **Poiésis – Revista de Pós-Graduação em Educação,** Unisul, Tubarão, v. 6, n. 10, p. 359-376, jul./dez. 2012.
- VIEGAS, Luciane Torrezan; BASSI, Marcos Edgar. A educação especial no âmbito da política de fundos no financiamento da educação. **Reflexão & Ação,** Santa Cruz do Sul. n. 1, v. 17 (1) janeiro/2009, p. 57-83.